

PROMOÇÃO 3 EM 1
ASSINE EDIÇÃO IMPRESSA DE INVESTIDOR INSTITUCIONAL
POR 1 ANO E GANHE TOTALMENTE GRÁTIS A ASSINATURA DIGITAL
E MAIS O LIVRO OS AÇIONISTAS DE WARREN BUFFET

Edição Impressa (12 Edições)	R\$ 240,00
Digital (350 Edições + 100% Conteúdo Site) ...	R\$ 190,00
Livro: Os Açõesistas de Warren Buffet	R\$ 90,00
* Impressa + Digital + Livro	R\$ 240,00

Investimentos em compasso de espera

Ao alterar o marco do saneamento, dando novo fôlego às empresas estatais, o governo do presidente Lula gera desconfiança no mercado

Categoria: Gestoras Publicado: 01 Abril 2023

Edição 355



“Pausa para avaliar o que virá”, diz José Guilherme Souza, da Vinci

O novo decreto que altera o Marco do Saneamento, editado pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva no início deste mês de abril, trouxe diferentes impactos para fundos focados em infraestrutura de água e saneamento. Visto com alguma ressalva pelo mercado, que aponta aspectos positivos e negativos sobre a medida, grandes assets como a Vinci dizem que o momento é de interromper novos investimentos a fim de aguardar uma definição mais clara sobre o tema pelo Congresso Nacional. Outros players, como o Banco Fator, veem mais restrições em relação à demanda por crédito do que em relação à alteração legal.

“Estamos super tranquilos em relação ao que a gente já investiu no passado” diz o sócio da Vinci e head de Infraestrutura, José Guilherme Souza, em relação ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) da gestora que adquiriu no ano passado 40% da concessionária Águas do Brasil, atuante no bloco 3 da Cedae, no Rio de Janeiro. No entanto, ele afirma que “agora o

momento é de pausa para avaliar o que que virá”, explicando que aguarda um “escrutínio” do decreto governamental pelo Poder Legislativo, a fim de “tomar as decisões com base em informações mais consolidadas”.

O head de Infraestrutura da gestora, que fechou 2022 com R\$ 63 bilhões sob gestão, avalia que a medida governamental tem pontos interessantes, como um olhar sobre reduções de tarifas, mas traz consigo medidas que considera inadequadas: “Ficamos ressabiados com as benesses para as empresas estatais”, diz Souza. Com o decreto, as estatais terão um prazo alongado para apresentar comprovação econômica e financeira aos órgãos reguladores. Segundo o diretor, enquanto o freio de mão está puxado para água e saneamento, a Vinci está de olho em energias renováveis e novos mercados, como infraestrutura sustentável de mitigação ao clima. Não podendo citar os planos, ainda incipientes, diz que a gestora olha para projetos envolvendo energia solar, biometano e também projeta uma entrada no ambiente de geração distribuída.

O foco do novo projeto da Vinci, no entanto, é no investidor institucional externo. “Vemos muita demanda pelos nossos investimentos, principalmente aqueles de infraestrutura sustentável”, diz. Ele cita também uma dificuldade em atrair grandes players institucionais do Brasil, como fundos de pensão, devido à atratividade da Selic no momento. “Hoje, o gestor do fundo de pensão compra uma NTN-B e cumpre a meta atuarial. Há pouco apetite por investimentos em participações”, conclui.

Já o Banco Fator tem planos para lançar ainda neste ano um fundo de crédito para infraestrutura, equilibrado entre os setores de saneamento e iluminação pública, através de debêntures incentivadas para grandes empresas do setor. A avaliação é de que o investimento atrairá maiores aportes de entidades previdenciárias com patrocinadoras privadas.

“O marco ajudou o mercado em alguns pontos e prejudicou em outros”, diz o diretor de Infraestrutura do Banco Fator, Ewerton Henriques, citando a liberação da regra dos 25% das PPPs (Parcerias Público Privadas) como exemplo positivo. “Vai estimular contratação de investimentos nessa modalidade, o que deve acelerar investimentos privados no mercado”, afirma. No entanto, ele diz que os benefícios às estatais podem esfriar projetos de concessão de saneamento básico para o setor privado, em grandes blocos como o Cedae.

Mas a redução do mercado de crédito no Brasil atrapalhou os planos do novo FIP. “A ideia inicial era de fazer um fundo de R\$ 1 bilhão, mas pela situação do mercado, vamos começar com um fundo de R\$ 50 milhões e ir crescendo gradativamente”, diz Henriques.

Com um track record relevante em PPPs e concessões, o banco está confiante com relação à atratividade do projeto aos investidores. “Já fizemos transações muito grandes, como a iluminação pública do Rio de Janeiro. Foi uma captação de R\$ 1 bilhão em recursos internacionais. A gente fez um projeto inteiro da cidade, de R\$ 27 bilhões, que foi a venda da Cedae”, lembra Henriques. Ele estima para o novo fundo um benchmark de NTN-B mais 2% ou 3%, e papéis com duration de 7 a 8 anos. A aposta também é pela redução na taxa de juros nos próximos meses, o que aumentaria a atratividade do fundo e faria com que institucionais deslocassem parte da carteira para esse tipo de fundo.

Além do FIP, o Fator planeja lançar três FIDCs (fundo de investimentos em direitos creditórios) na área de infraestrutura ainda em 2023, no curto prazo. “É uma outra lógica de papel, mas dado à experiência de institucionais nesse setor, pode funcionar bem”, afirma. Com foco na área de energia, devem ter de R\$ 80 milhões a R\$ 90 milhões de captação, projeta o diretor, que vê atratividade apesar dos problemas atuais com crédito no Brasil: “O impacto existe, mas com taxas relativamente altas de retorno, o mercado acaba tendo um apetite relevante”.

Edição 355

REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL



Top Asset

Com mais de R\$ 6 trilhões mapeados, ranking traz a radiografia de 159 gestoras de recursos de terceiros

CONTATOS

Administração

✉️ - adm@investidorinstitucional.com.br

Assinaturas

✉️ - assinaturas@investidorinstitucional.com.br

Publicidade

✉️ - publicidade@investidorinstitucional.com.br

Redação

✉️ - redacao@investidorinstitucional.com.br

Rua Bela Cintra, 299 - 4º andar - cj. 42 Consolação

CEP: 01415-000 - São Paulo/SP

Tel: (11) 3217-2727